

ARTIGOS

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E COMPETITIVIDADE REGIONAL: NOTAS PARA DISCUSSÃO

Ricardo Castillo*

Henrique Faria dos Santos*

*Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Geografia, Campinas, SP, Brasil

Resumo

O artigo propõe discutir o conceito de competitividade em sua dimensão geográfica com base em uma abordagem crítica, a fim de demonstrar como o discurso e a prática de políticas de planejamento para o alcance da competitividade dos países e dos subespaços nacionais (regiões, territórios, lugares, cidades) estão atrelados aos imperativos do período atual da globalização neoliberal. Dado que as condições locais e regionais têm sido cada vez mais decisivas para a produção, a circulação e a comercialização eficientes dos agentes hegemônicos, a inserção competitiva de bens e serviços nos mercados internacionais depende fundamentalmente das capacidades do espaço em gerar alta produtividade e fluidez. Contudo, a busca incessante por competitividade a todo custo provoca impactos social, econômica e ambientalmente perversos, como o que se observa nas regiões produtivas de países periféricos especializados em commodities. Tudo isso tem acentuado a “guerra dos lugares”, o desenvolvimento geográfico desigual e a vulnerabilidade territorial.

Palavras-chave

Desenvolvimento Regional; Desigualdades Socioespaciais; Teorias Regionais; Competitividade Regional; Neoliberalismo; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Vulnerabilidade Territorial.

ARTICLES

GLOBALIZATION, NEOLIBERALISM, AND REGIONAL COMPETITIVENESS: ARGUMENTATION NOTES

Ricardo Castillo*

Henrique Faria dos Santos*

*Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Geografia, Campinas, SP, Brazil

Abstract

This article aims to explore the concept of competitiveness from a geographical perspective and a critical approach, seeking to demonstrate how the discourse and practices associated with planning policies to achieve the competitiveness for countries and subnational spaces (such as regions, territories, places, and cities) are intertwined with the imperatives of the current phase of neoliberal globalization. Given that local and regional conditions have become increasingly decisive in the efficient production, circulation and commercialization of hegemonic agents, the competitive integration of goods and services into international markets fundamentally relies on the capacities of space to generate high productivity and fluidity. However, the relentless pursuit for competitiveness at any cost has resulted in socially, economically, and environmentally harmful impacts, particularly in the commodity-producing regions of peripheral countries. This drive has intensified the “war between places”, deepened geographical inequalities, and heightened territorial vulnerability.

Keywords

Regional Development; Socio-Spatial Inequalities; Regional Theories; Regional Competitiveness; Neoliberalism; Uneven Geographical Development; Territorial Vulnerability.

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E COMPETITIVIDADE REGIONAL: NOTAS PARA DISCUSSÃO¹

Ricardo Castillo

Henrique Faria dos Santos

Introdução

Competitividade é um termo controverso que ganhou notoriedade no atual contexto histórico, isto é, no período da globalização econômica de viés neoliberal. Tem sido aplicado tanto para designar o desempenho de grandes empresas como para classificar países e espaços infranacionais (regiões, territórios, lugares, cidades), buscando avaliar o papel do Estado na produção e na regulação de condições gerais e específicas de produção, favoráveis à inserção competitiva de agentes econômicos e de cadeias produtivas nos mercados globalizados.

É significativo o empenho de instituições internacionais na elaboração de índices de competitividade e no ranqueamento de países, regiões e lugares (municípios, recintos alfandegados, entre outros) como estratégia para induzir à adoção de políticas públicas mais sintonizadas com a globalização. Dentre as organizações de maior prestígio na área, destacam-se o *World Competitiveness Yearbook*, produzido pelo *IMD World Competitiveness Center*², referência, desde 1989, no estudo sobre competitividade dos países, por meio do levantamento de indicadores e de variáveis e de sua quantificação para a produção de *rankings*; e o *Global Competitiveness Index*³, produzido pelo Fórum Econômico Mundial, anualmente, desde 2004, também dedicado a classificar os países de acordo com um conjunto de critérios, dos

1. Artigo derivado de pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Disponível em: <https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/rankings/world-competitiveness-ranking/>. Acesso em: jan. 2024.

3. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-competitiveness-report-2019/>. Acesso em: jan. 2024.

quais se destacam infraestrutura, estabilidade macroeconômica, mercado de trabalho, sistema financeiro, tamanho do mercado, dinamismo empresarial e capacidade de inovação⁴.

No âmbito regional, dois estudos se notabilizaram nos últimos anos: (i) o *World Competitiveness Index of Regions (WCIR)*, elaborado por pesquisadores britânicos (Huggins *et al.*, 2014) e que compõe um levantamento de 19 variáveis sobre o desempenho econômico de 546 regiões do mundo; e (ii) o *European Regional Competitiveness Index (RCI)*⁵, elaborado pela Comissão Europeia trienalmente desde 2010 para classificar a competitividade de mais de 150 regiões da União Europeia, alicerçado em 68 variáveis ligadas ao desempenho de instituições e empresas, à estabilidade macroeconômica, à infraestrutura, à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

No Brasil, duas iniciativas de classificação dos municípios ganharam notoriedade. A primeira, produzida pelo Sistema Firjan, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, desde 2008, visa classificar os municípios brasileiros de acordo com o que se compreende como o desenvolvimento socioeconômico de cada um deles, levando em consideração três áreas de atuação: (i) emprego e renda, (ii) educação e (iii) saúde: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal⁶. A segunda, mais importante para o nosso argumento, é o *Ranking* de Competitividade dos Municípios⁷, acompanhado do *Ranking* de Competitividade dos Estados, realizado, desde 2019, pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e instituições parceiras, cuja metodologia se baseia em 65 indicadores, agrupados em 11 temas: (i) inovação e dinamismo econômico; (ii) educação; (iii) saúde; (iv) sustentabilidade fiscal; (v) funcionamento da máquina pública; (vi) telecomunicações; (vii) saneamento; (viii) capital humano; (ix) segurança; (x) inserção econômica; e (xi) meio ambiente.

A criação e a permanente atualização de todos esses relatórios denotam uma preocupação, por parte de grandes empresas, Estados e organizações regulatórias, com a inserção competitiva de produtos e cadeias produtivas nos mercados globalizados. A literatura acadêmica sobre a competitividade das empresas, das nações e das regiões cresceu exponencialmente a partir da década de 1990, refletindo importantes transformações políticas, jurídicas e geográficas no mundo e, particularmente, nos países periféricos.

4. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/moderniza-brasil/eixos-do-moderniza-brasil/ambiente-de-negocios-prospero/gci/sobre-o-gci>. Acesso em: jan. 2024.

5. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/assets/regional-competitiveness/index. Acesso em: jan. 2024.

6. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: jan. 2024.

7. Disponível em: <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/>. Acesso em: jan. 2024.

Diante disso, o objetivo deste artigo é desenvolver uma discussão sobre a competitividade em sua dimensão geográfica, com base em uma abordagem crítica, a fim de revelar o papel fundamental da regionalização produtiva e algumas implicações socioespaciais dela decorrentes em face do contexto da globalização neoliberal, destacadamente o desenvolvimento geográfico desigual e a vulnerabilidade territorial.

Além desta introdução e de uma conclusão, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, demonstram-se dois aspectos fundamentais da competitividade: (i) tal como observado em parcela da literatura consultada e em nossas próprias investigações, a competitividade emerge no atual período histórico, tornando-se anacrônica a sua aplicação a períodos anteriores; (ii) trata-se de um atributo não somente dos agentes econômicos e das cadeias produtivas, como também do espaço geográfico, sobretudo das regiões produtivas resultantes do aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Na segunda parte, por sua vez, trabalha-se a noção de competitividade regional na literatura especializada, tanto de viés conservador quanto crítico, além de se propor uma definição. Por fim, na terceira parte, desenvolve-se uma argumentação mais sistemática sobre o ideário da competitividade como tributário do neoliberalismo e sobre algumas das contradições a ele inerentes.

1. Competitividade geográfica como imperativo da globalização neoliberal

No período histórico atual, as grandes corporações e os investidores financeiros dispõem de meios mais eficazes e abrangentes para conhecer e intervir em cada porção da superfície da Terra, em decorrência da gigantesca concentração e centralização do capital (Marx, 1980; Smith, 1988) em diversos ramos produtivos. Contam, além disso, com a unicidade das técnicas e a cognoscibilidade do planeta (Santos, [2000] 2010) que caracterizam a globalização em conjunto com a mobilidade geográfica (Castillo, 2017) do capital e as práticas neoliberais (Peck; Tickel, 2002; Harvey, 2005; Dardot; Laval, 2016). Assim, é muito contundente a ocorrência daquilo que Santos e Silveira ([2001] 2010) chamaram de uso seletivo e corporativo do território, no qual as regiões, territórios e lugares são selecionados para serem usados eficazmente nos diversos circuitos espaciais produtivos (Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010a), disponibilizando vantagens geográficas (naturais, geoeconômicas e político-normativo-institucionais) fundamentais à competitividade dos agentes econômicos. Como observa Santos (2012, p. 167),

[na] medida em que as possibilidades dos lugares são hoje mais facilmente conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos.

A competitividade tornou-se um imperativo na economia (e na vida) sobretudo com o emergir do neoliberalismo, que, de acordo com Peck e Tickell (2002), Harvey (2005), Brenner, Peck e Theodore (2012) e Dardot e Laval (2016), se caracteriza por um conjunto de normas, políticas, comportamentos e ações dos Estados, das empresas e também dos indivíduos que visam, basicamente, promover maior desenvolvimento econômico em um sistema com maior liberdade dos mercados, cumprimento de metas de competitividade e ações do Estado predominantemente comprometidas com as demandas e os interesses da iniciativa privada. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 17):

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaicas e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida.

Essa racionalidade hegemônica do neoliberalismo legitimou e potencializou a desregulamentação dos mercados e a expansão dos sistemas financeiros, bem como favoreceu a ampliação da acumulação de capital e de enormes ganhos de poder dos agentes que hoje dominam as estruturas da economia política mundial (grandes corporações, instituições financeiras, organizações supranacionais) (Harvey, 2005). Foram esses agentes, munidos do arcabouço ideológico neoliberal, que estenderam seus princípios, valores e domínios de operação para todo o restante da sociedade, cujo sentido de “liberdade” de mercado e de ordem natural das coisas se resume à capacidade das organizações públicas e privadas e dos indivíduos de concorrerem e competirem por objetivos particularistas (Dardot; Laval, 2016).

Nesse contexto de busca incessante por competitividade, os agentes hegemônicos da economia procuram ter acesso privilegiado aos recursos e aos ativos territoriais (Benko; Pecqueur, 2001) em parceria estratégica com os Estados, para que obtenham a produtividade, a fluidez e a rentabilidade desejadas. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 260), cada agente apresenta capacidades distintas de acessar e usar as vantagens locais, mas “cabe às empresas mais poderosas as melhores porções do território, isto é, às empresas dotadas de maior poder econômico e político”. As implicações disso, completam os autores, estão em que “os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas” (*ibid.*, p. 291).

A forma como os agentes privados acessam e usam os ativos e os recursos territoriais define, por sua vez, suas condições de agir e alcançar maior ou menor nível de competitividade, isto é, de produzir e circular com maior eficiência e de se manterem nos mercados nacionais e internacionais. A competitividade se tornou uma necessidade e um imperativo no atual período da globalização porque, de acordo com Turok (2004), além do aumento substancial da mobilidade do capital, como resultado dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), da abertura dos mercados nacionais (redução das barreiras comerciais) e da maior interconexão das economias com o avanço dos meios de transporte e de comunicação, agentes e lugares passaram a concorrer em produtos e serviços com outros mais competitivos (em termos de custos e qualidade) advindos de outras partes do globo, resultando em maior instabilidade das empresas locais e regionais.

É fundamental destacar que a competitividade tem também uma dimensão geográfica, pois se constitui não só como um atributo de indivíduos, empresas e Estados, como igualmente perpassa toda a sociedade e torna-se uma qualidade dos lugares, das regiões e dos territórios (Castillo, 2008). Como notabiliza Santos (2000, p. 57), “num mundo globalizado, as cidades e as regiões são chamadas a competir, [...] na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico”. Com isso, as diferentes frações ou compartimentações do espaço geográfico tendem a apresentar um conjunto de fatores que proporcionam maiores ou menores níveis de competitividade, isto é, formas potenciais e efetivas de adaptação aos mercados internacionais específicos de cada ramo produtivo. Como observa Castillo (2015, p. 105),

[...] a competitividade também é uma qualidade do espaço geográfico, considerando que as regiões e os territórios podem ser mais ou menos adequados às exigências dos mercados internacionais. A competitividade territorial ou regional resulta da rara combinação entre fatores materiais (naturais e/ou técnicos) e imateriais de produção e de circulação/distribuição de um dado produto ou cadeia produtiva, numa dada fração do espaço geográfico.

Em virtude disso, lugares, regiões e territórios têm buscado, cada vez mais, oferecer condições competitivas aos investidores, por meio de circunstâncias de ordem técnica e organizacional que garantem elevada *produtividade espacial ou geográfica*⁸ (Santos, 1996 [2012]). Segundo Silveira (2011), as virtualidades do lu-

8. Santos (1996, p. 247) propõe a ideia de *produtividade espacial* nos termos em que “os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).

gar para o trabalho eficiente dependem da sua *densidade técnica* – o conjunto de objetos modernos que abriga –, da sua *densidade informacional* – o acesso e uso da informação hegemônica – e da sua *densidade normativa* – o império das normas do mundo e dos lugares que regulam (ou desregulam) as ações. Dessa forma, o exercício da competitividade adere ao espaço geográfico, já que “a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização” (Santos, 2000, p. 79). Conforme observa Fajnzylber (1988, p. 22) *apud* Müller (1995, p. 44):

No mercado internacional não competem apenas empresas. Confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, nos quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, as relações gerenciais e de trabalho, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro etc.

A competitividade de âmbito geográfico está inserida, nesse sentido, na lógica que Santos (1996) e Santos e Silveira (2001) denominaram “guerra dos lugares”, que vem a ser uma disputa entre os lugares por uma mesma atividade ou empresa mediante a oferta de uma série de vantagens locais (materiais e imateriais) que possam conferir maior produtividade espacial e competitividade, tendo as corporações grande poder de negociar e impor a esses lugares a presença das condições mais vantajosas (preexistentes ou que necessitam ser criadas) para sua instalação e operação.

2. Competitividade regional: conceito e atributos geográficos

Tendo em vista que os lugares, os territórios e as regiões competem ativamente por recursos em busca de maior desempenho econômico no mercado internacional, diversos autores (Storper, 1997; Budd; Hirmis, 2004; Kitson; Martin; Tyler, 2004; Boschma, 2004; Turok, 2004; Bristow, 2005, 2010; Malecki, 2007, 2017; Camagni; Capello, 2013; Huggins *et al.*, 2014; Huggins; Thompson, 2017) trataram de qualificar as situações geográficas mais bem-sucedidas, principalmente no âmbito das escalas subnacionais, de *competitividade regional*. Storper (*ibid.*, p. 264, tradução nossa), por exemplo, a entende como “a capacidade de uma região de atrair e manter empresas com participações de mercado estáveis ou crescentes em uma atividade, mantendo padrões de vida estáveis ou crescentes para aqueles que dela participam”.

Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer”.

Outros autores também apresentam definições semelhantes, como Kitson, Martin e Tyler (2004), que compreendem o sucesso com que certas regiões e cidades competem para atrair recursos (públicos e privados), tecnologias e trabalhadores qualificados, bem como maior participação no mercado global de exportações decorrente da alta produtividade econômica. Huggins *et al.* (2014, p. 2, tradução nossa) afirmam que a competitividade regional se baseia na “diferença relativa à taxa de desenvolvimento econômico entre as regiões e a capacidade de certas regiões de alcançarem um crescimento econômico futuro em relação a outras regiões que estão em estágio semelhante de desenvolvimento econômico”. Já Bristow (2010, p. 121, tradução nossa) compreende que

A concepção preeminente de competitividade regional como equivalente a “atratividade”, ou a capacidade da região de competir com outros lugares por capital móvel, leva a uma ênfase estratégica na capacidade da região de atrair e reter firmas inovadoras, mão de obra qualificada, investimentos, subsídios governamentais e fundos nacionais e supranacionais, além de um foco primordial na busca e na mensuração de seu sucesso em relação a outros lugares ou “rivais”.

Em décadas recentes, os debates sobre a competitividade geográfica tiveram maior destaque com a obra de Porter publicada em 1990, na qual o autor defende que não só empresas desenvolvem vantagens competitivas em relação às outras – os países também o fazem. Porter (*ibid.*, p. 42) enfatiza que essas vantagens estão associadas a quatro elementos que formam aquilo que denomina “diamante da competitividade”: (i) *condições de fatores* de produção e circulação; (ii) *condições de demanda* do mercado interno e externo para produtos e serviços; (iii) *setores correlatos e de apoio* para fornecimento de produtos e serviços diversos; (iv) *estratégia, estrutura e rivalidade* entre as empresas. A maior concentração desses elementos torna certas nações mais competitivas do que outras nos mercados internacionais.

Em trabalhos posteriores, Porter (1996; 2000; 2001; 2003) e outros autores (Ohmae, 1995; Kresl, 1995; Storper, 1997; Budd, 1998; Scott, 1998; Sheppard, 2000; Begg, 2002; Camagni, 2002) passam a discutir a importância da competitividade nas escalas subnacionais, como a regional e a local (sobretudo cidades), com o entendimento de que as firmas asseguram maiores posições competitivas por meio do acesso e uso de diversos recursos e atributos geográficos de ordem local. Conforme afirma Porter (2003, p. 25, tradução nossa):

Estratégias empresariais mais sofisticadas requerem pessoas mais qualificadas, melhores informações, melhor infraestrutura, melhores fornecedores, instituições de pesquisa mais avançadas e pressões competitivas mais fortes, entre outros fatores.

Mas quais seriam as dimensões e os atributos da *competitividade regional* ou *territorial* no âmbito geral? O que as regiões e os territórios precisam ter para serem considerados competitivos? Em uma perspectiva da teoria regional evolucionária, Boschma (2004) considera que estratégias coletivas de desenvolvimento regional, bem como o conjunto de ativos específicos preestabelecidos (base de conhecimento, competência tecnológica e acúmulo de diferentes ambientes de organização político-institucional, evoluídos historicamente no lugar), podem influir decisivamente para que algumas regiões endogenamente ofereçam mais oportunidades de sucesso às empresas em detrimento de outras. Malecki (2007) e Huggins *et al.* (2014) destacam o papel central dos fatores de empreendedorismo, conhecimento e inovação na região para gerar vantagem competitiva.

Huggins e Thompson (2017, p. 22-23) também chamam atenção para a importância das instituições (com suas leis, regulações e normas) e da cultura socioespacial (ou comportamento coletivo) no processo de desenvolvimento competitivo das regiões, de maneira que, “enquanto as instituições podem estabelecer as regras do jogo para a governabilidade dos processos de crescimento, os traços culturais e psicológicos estabelecem até que ponto tais regras são adotadas, além de influenciar a maneira pela qual se efetivam as futuras mudanças institucionais”. Na visão dos autores, esses fatores criam um ambiente regional capaz de levar as firmas a operarem no nível máximo de produtividade, e, portanto, a depender das formas de interação desses dois componentes, geram situações que facilitam ou limitam os processos de crescimento econômico.

Camagni e Capello (2013), por sua vez, consideram que a competitividade regional depende de vários recursos e ativos que formam o *capital territorial*⁹: condições naturais para a produtividade (terra, fatores edafoclimáticos favoráveis, recursos hídricos); aglomeração de empresas especializadas (sobretudo bens e serviços personalizados e singulares); fornecedores (peças e equipamentos); infraestrutura (sistemas de saúde, ensino, logística, comunicação e energia); serviços (escritórios, financeiro, comercial, jurídico, *marketing*, entre outros), centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); trabalhadores qualificados e com contratos flexíveis; acúmulo de conhecimento; *know-how*; capacidade de inovação; criatividade; cultura empreendedora; acessibilidade e conectividade; transferência e difusão tecnológica; redes de cooperação entre os agentes (pública e privada); sistema de normas, regras e práticas que regem uma governança local eficiente; oferta estatal de incentivos fiscais e creditícios etc. As firmas e a economia local

9. Camagni e Capello (2013, p. 1387, tradução nossa) definem capital territorial como “o conjunto de ativos localizados – naturais, humanos, artificiais, organizacionais, relacionais e cognitivos – que constituem o potencial competitivo de determinado território”.

como um todo utilizam tais recursos e ativos para alcançar maior eficiência operacional (produção e circulação).

Kitson, Martin e Tyler (2004, p. 994, tradução nossa), argumentando quase que nos mesmos termos, afirmam ser importante a existência dos seguintes fatores para a competitividade de uma região:

A qualidade e a competência profissional da força de trabalho (capital humano), a extensão, a profundidade e a orientação das formas de relacionamento social e institucional (capital social e institucional), o alcance e a qualidade de ativos e facilidades culturais (capital cultural), a presença de um aprendizado inovativo e criativo (conhecimento/capital criativo) e a escala e a qualidade da infraestrutura pública (capital infraestrutural) são todos igualmente importantes e servem para apoiar e sustentar, na forma de externalidades regionais, uma base produtiva eficiente para a economia regional (capital produtivo).

Semelhantemente, mas com viés crítico, Castillo (2008, 2011, 2015) propõe que a reunião e a concentração de fatores naturais, técnicos e normativos funcionais a um ramo produtivo específico em determinadas porções do território nacional propiciam a formação de uma *região competitiva*. O conceito está diretamente ligado à ideia de coesão ou solidariedade organizacional de uma região, decorrente da combinação entre características internas e vetores externos (Santos, 1994 [2008], 1996). “Trata-se de um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva (rural e urbana) ‘obediente’ a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos” (Castillo, 2011, p. 337).

Nessas frações do espaço, a presença da logística¹⁰ se torna essencial, visto que a profunda especialização regional produtiva implica o aumento dos fluxos (Santos, 1996), exigindo maior circulação e fluidez territorial (Arroyo, 2005). Conforme assinala Santos (1996, p. 275), “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção”. Becker (2007, p. 142), por sua vez, observa que a logística pode ser compreendida como “preparação contínua dos meios para a guerra – *ou para a competição*” (grifo nosso), possibilitando um controle eficaz do tempo e do espaço pelas grandes empresas.

10. Para Castillo (2011, p. 340), a logística, em sua dimensão geográfica, pode ser compreendida como “[...] o conjunto de competências materiais (infraestruturas e equipamentos relacionados ao transporte, ao armazenamento, à distribuição, à montagem de produtos industriais, aos recintos alfandegários, etc.), normativas (contratos de concessão, regimes fiscais, leis locais de tráfego, pedágios, regulações locais para carga e descarga, etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou por operadores logísticos)”.

Assim, *região competitiva e logística*, compreendidas de modo indissociável, são expressões geográficas, respectivamente, da produção hegemônica e da circulação corporativa do período histórico atual (Castillo, 2008, 2011). Para tanto, a densidade de *redes geográficas* (Dias, 1995, 2005; Corrêa, 2012) e de *nós logísticos* (Braga; Castillo, 2013) é imprescindível para o alcance dessa competitividade, pois constituem formas de *acessibilidade* que permitem efetivar, com enorme rapidez e eficiência, volumosos fluxos materiais e imateriais e, portanto, maior *mobilidade geográfica* dos agentes (Castillo, 2017).

A reunião de todas essas qualidades contribui para elevar o nível de *especialização produtiva dos lugares* (Santos, 1994, 1996; Silveira, 2010, 2011; Kemeny; Storper, 2015), outra dimensão importante da competitividade geográfica. Esse contexto, que está ligado ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho, se caracteriza pela especialização funcional de regiões e seus municípios em determinadas etapas de um ou mais circuitos espaciais produtivos, efetivada pela apropriação e pelo uso seletivo, por uma atividade ou setor econômico específico, assim como pela especialização regional dos recursos naturais, geoeconômicos e político-normativo-institucionais a fim de torná-la eficiente na produção e na circulação de certos tipos de produtos e/ou de serviços.

Santos (2000, p. 81) destaca que “todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história” e que “os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica e de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente” (Santos, 1996, p. 146).

Kemeny e Storper (2015) chamam atenção para a existência de duas formas ou níveis de especialização econômica regional. O primeiro é a *especialização absoluta*, quando uma região conta com uma atividade ou setor que se destaca sem necessariamente representar a maior participação do total do emprego e da renda gerada na economia¹¹. A segunda forma é a *especialização relativa*, que se manifesta quando, particularmente em economias locais ou regionais pequenas ou médias, uma ou poucas atividades ou setores têm peso relativamente grande no total do emprego e da renda, ao ponto, muitas vezes, de se tornarem as principais fontes de desenvolvimento.

11. Kemeny e Storper (2015) citam o caso de Los Angeles. Apesar de ser uma das principais áreas metropolitanas dos Estados Unidos especializadas no setor da tecnologia da informação, esse setor tem um peso pequeno na economia regional como um todo.

A especialização econômica regional em sua forma relativa seria, nesse sentido, o oposto do que autores como Conroy (1975), Malizia e Ke (1993), Siegel, Johnson e Alwang (1995), Dissart (2003), Davies e Tonts (2010), Kemeny e Storper (2015), Deller e Watson (2016) chamaram de *diversidade econômica regional*. Malizia e Ke (1993, p. 222, tradução nossa), por exemplo, definem essa diversidade como “a variedade de atividades econômicas que refletem diferenças na estrutura econômica”. Kemeny e Storper (2015, p. 1004, tradução nossa) compreendem região diversificada como “aquela que contém ampla variedade de setores não relacionados em sua base econômica, sem o domínio de nenhum setor específico”.

Para esses autores, apesar de incorrerem em maior nível de crescimento econômico e competitividade, pela concentração de fatores funcionais que geram eficiência para determinado produto ou atividade, essas estruturas regionais especializadas apresentam uma condição de *vulnerabilidade* mais acentuada em relação às volatilidades do mercado (choques de preços e/ou demandas efetivas) e às crises setoriais, já que os riscos, danos e perdas são transmitidos com mais facilidade e compartilhados, na mesma proporção, em todas as atividades e agentes que se encontram fortemente interconectados e interdependentes funcionalmente (Martin *et al.*, 2016). Nessas condições, pressupõe-se que a competitividade que fundamenta a economia dessas regiões tenha como o outro lado da moeda a vulnerabilidade, situação que se torna mais proeminente no âmbito dos territórios (Castillo; Bernardes, 2019).

3. Competitividade regional, economia política neoliberal e desenvolvimento geográfico desigual

O modelo de desenvolvimento baseado na competitividade está atrelado à atual racionalidade econômica neoliberal, que propõe que indivíduos, Estados (em suas diversas escalas de enquadramento territorial) e Organizações de Solidariedade (Antas Junior, 2005) se comportem de maneira similar a uma empresa, impondo formas de gestão estratégica para que se mantenham competitivos no mercado (Peck; Tickell, 2002; Bristow, 2010; Dardot; Laval, 2016). O Estado neoliberal tem exercido papel primordial na consecução das formas de competitividade geográfica, ao participar na criação de uma economia propícia a investimentos privados e fundada em mercados desregulados, flexíveis e com menores custos produtivos (Harvey, 2005; Fougner, 2006; Jessop, 2016).

Para Harvey (2011, p. 165), o cenário atual do capitalismo se define muito pelo que ele chamou de “competição interterritorial”, isto é, a competição entre os Estados nas esferas federal, estadual e municipal, para oferecer as políticas públicas mais atraentes aos investidores. Conforme argumenta Turok (2004, p. 1070-1071, tradução nossa):

Alguns governos têm se orientado em direção a custos menores, a abordagem *laissez-faire* para aumentar a competitividade, incluindo a liberalização dos mercados domésticos, a privatização dos serviços públicos, o relaxamento de padrões ambientais e a retirada de outros “empecilhos para as empresas” [...] Mediante a redução dos níveis de regulamentação e tributação, eles têm tentado reduzir os custos de produção [das empresas] e criar mercados de trabalho mais flexíveis para estabelecer um contexto econômico favorável a uma maior competitividade em termos de preços e maior rentabilidade. Isso se destina a gerar crescimento, estimulando o investimento privado, incentivando empresas e atraindo capital estrangeiro.

Pode-se dizer, então, que a competitividade regional é um modelo de desenvolvimento regional baseado em uma economia política de cunho neoliberal (Peck; Tickell, 2002; Bristow, 2010) que, marcadamente, tem acentuado o desenvolvimento geográfico desigual (Smith, 1988; Harvey, 2005). Como ressaltam Santos e Silveira (2001, p. 302), “o neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis”. Nos termos de Peck e Tickell (2002, p. 387):

[...] o neoliberalismo está desempenhando um papel decisivo na construção das “regras” da competição interlocal pelas quais a competitividade regional, as políticas públicas, a performance corporativa ou a produtividade social são medidas – a partir do valor do dinheiro, dos resultados comerciais, da flexibilidade, do valor para o acionista, da classificação pelo desempenho, do capital social e assim por diante.

Bristow (2010) destaca alguns problemas desse tipo de pensamento e prática política para o desenvolvimento do território nacional e das regiões: (i) o caráter seletivo e não replicável da ocorrência da prosperidade regional enquanto espaços de competitividade; (ii) a danosa formação da hierarquia entre os lugares segundo as relações econômicas de poder e o controle sobre o espaço, estabelecendo regiões dominantes e regiões subalternizadas; (iii) a reorganização do Estado a fim de fragmentar o território para atender de forma mais proeminente anseios e interesses de certas localidades ou regiões, em vez de estabelecer uma política integrada visando ao desenvolvimento do Estado-nação como um todo.

As mesmas críticas foram apontadas por Brandão (2007), ao afirmar que essa economia política de desenvolvimento do território, ao empenhar um discurso único de prosperidade por meio da endogenia e da competitividade dos lugares, negligencia, entre outras questões, a ausência de conflitos de classes sociais, as relações

de poder (político, econômico), a hierarquia espacial da geração e apropriação da riqueza, a inação federativa do Estado e a heterogeneidade histórico-geográfica das regiões (sobretudo em países periféricos). Ou seja, trata as regiões e/ou as localidades que obtiveram sucesso econômico como exemplo de desenvolvimento, como se todas pudessem ser competitivas no mesmo nível, desconsiderando o processo geográfico desigual da acumulação capitalista e as particularidades históricas das formações socioespaciais, como também observaram Castillo e Bernardes (2019).

Em vista dessas contradições, concordamos com Malecki (2007, 2017), ao destacar que a competitividade regional pode ser reconhecida em duas situações geográficas: (i) *competitividade via high-road*, baseada em altos salários e trabalhadores muito qualificados, geração de inovação, empreendedorismo, desenvolvimento endógeno do conhecimento e tecnologia, produção de bens e serviços de alto valor agregado protagonizados por agentes internos (grandes empresas e instituições de apoio locais); (ii) *competitividade via low-road*, caracterizada por baixos custos de produção e circulação (salários, matérias-primas, logística, impostos) e produção de bens ou serviços de menor valor agregado protagonizada por agentes exógenos (empresas transnacionais). A primeira situação, de acordo com o autor, tende a se apresentar em pontos seletos do globo, isto é, em poucas cidades ou cidades-regiões, especialmente de países centrais, que concentram a maior parte das redes internacionais de PD&I e do valor gerado pelas cadeias globais de produção, vinculadas a setores que geram alto nível de conhecimento, tecnologia, inovação, gestão corporativa e serviços comercial-financeiros. Já a segunda situação é mais comumente notada em outras áreas dinâmicas do planeta, especializadas em certas etapas das cadeias globais de produção que apresentam menor valor agregado, como aquelas ligadas à exploração de matérias-primas (agrícolas, minerais) e à confecção de produtos semimanufaturados (alimentos e bebidas processadas) ou manufaturados básicos (roupas, utensílios domésticos, veículos, peças, equipamentos etc.).

No tocante às características de desenvolvimento das áreas da segunda situação sob a égide neoliberal, a constatação de Hudson (2010, p. 15, tradução nossa) nos parece bem elucidativa:

Para muitas regiões do “Sul” global, contudo, o “desenvolvimento” neoliberal foi definido em termos muito menos sofisticados, com fortes ecos neocoloniais de um passado colonial. Para algumas regiões, envolveu a reestruturação de sistemas de produção agrícola de subsistência para a produção agrícola comercial, como a produção de frutas, vegetais e flores “exóticas” antes destinadas ao consumo doméstico para a venda nos mercados de exportação e, mais recentemente, também para a produção de biocombustíveis. Para outras regiões, a ênfase tem sido desenvolver a manufatura orientada para

a exportação de bens de consumo, por meio da atração de investimentos estrangeiros diretos, tipicamente ligados às cadeias de produção de proprietários de marcas globais do “Norte”.

A competitividade do tipo *low-road* se estabelece, deste modo, sobretudo nas áreas especializadas em atividades intensivamente padronizadas (pouca diferenciação de produto) e que podem e são realizadas em diversas partes do mundo. O alcance das melhores vantagens nos mercados internacionais depende da conformação, nessas áreas, de uma produção em larga escala aos menores custos possíveis. É o caso, por exemplo, das regiões especializadas na produção de *commodities* (agrícolas, pecuárias, minerais, energéticas), como as do Brasil, que, para competir com outras regiões do planeta, necessitam manter baixo nível de custos produtivos e logísticos, a despeito das implicações sociais, econômicas e ambientais, e lidar com a volatilidade das sobreofertas e dos preços cotados nas principais bolsas de valores (Castillo; Frederico, 2010b).

Conclusão

A competitividade é uma característica inerente à globalização neoliberal e, nessa perspectiva e na definição que dela se depreende, torna-se anacrônico o seu emprego para compreender períodos históricos anteriores. Segundo Santos (2000, p. 14-15), precedida pelos ideários do *Progresso*, entre o final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, e do *Desenvolvimento*, a partir da segunda metade do século XX, a *Competitividade*, “que permeia o discurso e a ação dos governos e das grandes empresas”, não teria emergido e se tornado predominante no período histórico atual (desde a década de 1970 nos países centrais do capitalismo e desde a década de 1990 em países periféricos, como o Brasil), em coexistência com os paradigmas anteriores, sem os avanços “técnicos recentes e sem a correspondente fluidez do espaço”. De acordo com o mesmo autor, a competitividade é a expressão de uma guerra econômica planetária, cujos protagonistas são as grandes empresas e os maiores investidores financeiros apoiados pelos Estados.

De maneira geral, e a título de definição, a competitividade se manifesta de duas maneiras simultâneas e indissociáveis: (i) como forma de desempenho econômico e (ii) como discurso hegemônico. No que se refere ao desempenho econômico, ela pode ser simplifadamente compreendida como um parâmetro globalizado de qualidade e custo dos produtos, incidente não apenas na esfera da produção, mas também na da distribuição, de modo a garantir o acesso (sustentado, ainda que temporário) aos mercados globalizados. Como discurso, por sua vez, trata-se de um ideário que procura justificar as ações do Estado e das empresas, com o propósito

de assegurar a inserção competitiva de um produto (primário, semimanufaturado ou industrial) e/ou de uma fração do espaço geográfico na globalização. O discurso da competitividade é imprescindível para assegurar e naturalizar a sua prática.

No Brasil, a noção de competitividade está presente nos planos e programas dos governos federal e estaduais desde a década de 1990, mas sobretudo a partir dos anos 2000, de maneira acrítica e inconteste. Trata-se de um amplo consenso, de um discurso comprado de agências internacionais e reproduzido inclusive pelos partidos e governantes mais à esquerda do espectro político. Nos países periféricos de modo geral, a competitividade do tipo *low-road* (Malecki, 2007, 2017) não se sustenta com inovações tecnológicas principalmente endógenas, mas sim com a superexploração da força de trabalho, a degradação ambiental, a concentração da renda e da terra, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, os investimentos públicos em infraestruturas de escoamento da produção para portos exportadores em detrimento das infraestruturas sociais, os subsídios públicos para exportação de produtos primários, as fortes associações setoriais encarregadas de angariar junto ao Estado benefícios para as empresas, ameaças de esgotamento de recursos naturais como o solo, a água e as florestas, levando à reprimarização da pauta exportadora (Gonçalves, 2011; Lamoso, 2020) ou mesmo da própria economia nacional (Cano, 2012).

Ainda restam dois pontos a serem levantados na conclusão deste artigo. O primeiro, tal como proposto por Castillo e Bernardes (2019), se refere à necessária distinção entre competitividade e competição. A primeira deve ser compreendida como um *atributo*, uma qualidade de um agente, de um produto ou cadeia produtiva ou de um recorte do espaço geográfico (lugar, região, território), particularmente da região produtiva (Santos, 1985; Castillo; Botelho; Busca, 2021). A competição, por sua vez, é uma *relação* entre agentes econômicos ou entre recortes do espaço geográfico, perfeitamente ajustada à disputa pelo mercado globalizado de determinado ramo entre regiões produtivas, muito bem ilustrada pela noção de guerra dos lugares (Santos; Silveira, 2001). Trata-se, portanto, de dois conceitos distintos, mas intrinsecamente relacionados como um par dialético.

O segundo e último ponto diz respeito à competitividade regional. Esse tipo de região se caracteriza pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho em quaisquer setores da economia. Algumas pesquisas (Castillo; Frederico, 2010b; Davies; Tonts, 2010; Deller; Watson, 2016; Martin *et al.*, 2016; Faccin, 2019; Castillo; Botelho; Busca, 2021; Santos; Castillo, 2023) têm demonstrado que, quanto maior a especialização regional produtiva, maiores tendem a ser tanto a competitividade regional quanto a vulnerabilidade territorial (principalmente de municípios, no caso do território brasileiro) no que tange à excessiva dependência de economias

locais de um ou poucos setores econômicos, em geral vinculados a mercados globalizados. A relação diretamente proporcional entre competitividade e vulnerabilidade de frações do espaço geográfico é uma realidade que precisa ser encarada com seriedade pelo Estado em todas as suas escalas, dada a efemeridade dos mapas das regiões competitivas, isto é, a natureza instável da geografia da produção no atual período histórico.

Referências

- ANTAS JUNIOR, R. M. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- ARROYO, M. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 209-242.
- BECKER, B. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: DINIZ, C. C. (org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília, DF: Editora da UnB, 2007.
- BEGG, I. *Urban Competitiveness: Policies for Dynamic Cities*. Bristol: Policy Press, 2002.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.
- BOSCHMA, R. Competitiveness of Regions from an Evolutionary Perspective. *Regional Studies*, v. 38, n. 9, p. 1001-1014, 2004.
- BRAGA, V.; CASTILLO, R. Tipologia e topologia de nós logísticos no território brasileiro: uma análise dos terminais ferroviários e das plataformas multimodais. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n. 2, p. 235-258, 2013.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Towards Deep Neoliberalization? In: KUNKEL, J.; MAYER, M. (ed.). *Neoliberal Urbanism and its Contestations*. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- BRISTOW, G. Everyone's a "winner": problematising the discourse of regional competitiveness. *Journal of Economic Geography*, v. 5, p. 285-304, 2005.
- _____. *Critical Reflections on Regional Competitiveness: theory, policy and practice*. New York: Routledge Studies, 2010.
- BUDD L. Territorial Competition and Globalization. *Urban Studies*, v. 35, p. 663-686, 1998.
- BUDD, L.; HIRMIS, A. Conceptual Framework for Regional Competitiveness. *Regional Studies*, v. 38, n. 9, p. 1015-1028, 2004.
- CAMAGNI, R. On The Concept of Territorial Competitiveness: Sound or Misleading? *Urban Studies*, v. 39, n. 13, p. 2395-2411, 2002.

- CAMAGNI, R.; CAPELLO, R. Regional Competitiveness and Territorial Capital: A Conceptual Approach and Empirical Evidence from the European Union. *Regional Studies*, v. 47, n. 9, p. 1383-1402, 2013.
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. São Paulo: Instituto de Economia da Unicamp, 2012. (Texto para discussão, n. 200).
- CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período histórico atual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008.
- _____. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, M. R. (org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 331-354.
- _____. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. *GEOgraphia*, n. 35, p. 95-119, 2015.
- _____. Mobilidade geográfica e acessibilidade: uma proposição teórica. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 3, p. 644-649, 2017.
- CASTILLO, R.; BERNARDES, J. A. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (org.). *Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- CASTILLO, R.; BOTELHO, A.; BUSCA, M. D. Agronegócio globalizado no Matopiba maranhense: análise da especialização regional produtiva da soja. *Espaço e Economia*, n. 21, 2021.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010a.
- _____. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010b.
- CONROY, M. *Regional Economic Diversification*. New York: Praeger, 1975.
- CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Cidades*, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIES, A.; TONTS, M. Economic Diversity and Regional Socioeconomic Performance: An Empirical Analysis of the Western Australian Grain Belt. *Geographical Research*, v. 48, n. 3, p. 223-234, 2010.
- DELLER, S.; WATSON, P. Did Regional Economic Diversity Influence the Effects of the Great Recession? *Economic Inquiry*, v. 54, n. 4, p. 1824-1838, 2016.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 11-28.

- DISSART, J. C. Regional Economic Diversity and Regional Economic Stability: research results and agenda. *International Regional Science Review*, v. 26, n. 4, p. 423-446, 2003.
- FACCIN, A. C. T. *Complexo Soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial*. Campo Grande: Life, 2019.
- FAJNZYLBBER, F. International competitiveness: agreed goal, hard task. *CEPAL Review*, Santiago de Chile, n. 36, 1988.
- FOUGNER, T. The state, international competitiveness and neoliberal globalization: is there a future beyond “the competition state”. *Review of International Studies*, v. 32, n. 1, p. 165-85, 2006.
- GONÇALVES, J. S. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. *Análise e Indicadores do Agronegócio*, v. 6, n. 12, 2011.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HUDSON, R. Resilient regions in an uncertain world: wishful thinking or a practical reality? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 2010, p. 11-25.
- HUGGINS, R.; IZUSHI, H.; PROKOP, D.; THOMPSON, P. *The Global Competitiveness of Regions*. New York: Routledge, 2014.
- HUGGINS, R.; THOMPSON, P. *Handbook of Regions and Competitiveness: Contemporary Theories and Perspectives on Economic Development*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2017.
- JESSOP, B. *The state: past, present, future*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- KEMENY, T.; STORPER, M. Is Specialization Good for Regional Economic Development? *Regional Studies*, v. 49, n. 6, p. 1003-1018, 2015.
- KITSON, M.; MARTIN, R.; TYLER, P. Regional Competitiveness: An Elusive yet Key Concept? *Regional Studies*, v. 38, n. 9, p. 991-999, 2004.
- KRESL, P. K. The determinants of urban competition. In: KRESL P. K.; GAPPERT, G. (ed.). *North American Cities and the Global Economy: Challenges and Opportunities*. London: Sage, 1995.
- LAMOSO, L. P. Reprimarização do território brasileiro. *Espaço e Economia*, n. 19, 2020.
- MALECKI, E. Cities and regions competing in the global economy: knowledge and local development policies. *Environment and Planning: Politics and Space*, v. 25, p. 638-654, 2007.
- _____. Economic competitiveness and regional development dynamics. In: HUGGINS, R.; THOMPSON, P. *Handbook of Regions and Competitiveness: Contemporary Theories and Perspectives on Economic Development*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2017. p. 136-152.
- MALIZIA, E.; KE, S. The Influence of Economic Diversity on Unemployment and Stability. *Journal of Regional Science*, v. 33, n. 2, p. 221-235, 1993.
- MARTIN, R.; SUNLEY, P.; GARDINER, B.; TYLER, P. How Regions React to Recessions: Resilience and the Role of Economic Structure. *Regional Studies*, v. 50, n. 4, p. 561-585, 2016.

- MARX, K. *O Capital*. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. II.
- MÜLLER, G. Competitividade: uma visão caleidoscópica. *Perspectivas*, v. 17, n. 18, p. 37-55, 1995.
- OHMAE, K. *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. London: Harper Collins, 1995.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, 2002.
- PORTER, M. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: The Free Press, 1990.
- PORTER, M. Competitive advantage, agglomeration economies, and regional policy. *International Regional Science Review*, v. 19, p. 85-94, 1996.
- _____. Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. *Economic Development Quarterly*, v. 14, n. 1, p. 15-34, 2000.
- _____. Regions and the New Economics of Competition. In: SCOTT, A. J. (ed.). *Global City-Regions*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. The Economic Performance of Regions. *Regional Studies*, v. 37, n. 6 e 7, p. 549-578, 2003.
- SANTOS, H. F. dos; CASTILLO, R. Especialização territorial produtiva e vulnerabilidade econômica das pequenas cidades produtivas do agronegócio sucroenergético no Brasil. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 28, 2023.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, [1994] 2008.
- _____. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, [1996] 2012.
- _____. *Por uma outra globalização*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13. ed. São Paulo: Record, [2001] 2010.
- SCOTT, A. *Regions and the World Economy*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SHEPPARD, E. Competition in space and between places. In: SHEPPARD, E.; BARNES, T. (ed.). *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 169-186.
- SIEGEL, P.; JOHNSON, T.; ALWANG, J. Regional Economic Diversity and Diversification. *Growth and Change*, v. 26, p. 261-284, 1995.
- SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. *Redes*, v. 15, n. 1, p. 74-88, 2010.
- _____. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, v. XV, n. 1, p. 4-12, 2011.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- STORPER, M. *The Regional World*. New York: Guilford Press, 1997.
- TUOKI, I. Cities, Regions and Competitiveness. *Regional Studies*, v. 38, n. 9, p. 1069-1083, 2004.

Ricardo Castillo

Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

Email: castillo@unicamp.br

ORCID: 0000-0002-7056-3197

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Obtenção de Financiamento; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Administração do Projeto; Recursos; Supervisão/Orientação; Validação; Visualização; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Henrique Faria dos Santos

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorando do Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp – Rio Claro).

Email: livehenriquefariasantos@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-5376-3429

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Obtenção de Financiamento; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Administração do Projeto; Recursos; Validação; Visualização; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Submissão: 29 de julho de 2024.

Aprovação: 19 de outubro de 2024.

Editores: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: CASTILLO, R.; SANTOS, H. F. dos. Globalização, neoliberalismo e competitividade regional: notas para discussão. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 27, E202511pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202511pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR